



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª Superintendência Regional**

Anexo I: Justificativas

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

**Justificativas:**

A Codevasf, empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), tem como missão institucional contribuir para o desenvolvimento regional com ações voltadas para a utilização racional de água e solo das bacias hidrográficas.

A estratégia de intervenção da Codevasf no território está atualmente delineada no Plano Estratégico Institucional - PEI 2022-2026, cuja linha de negócios Estruturação de Cidades desdobrada em nível estratégico conforme se verifica no recorte do PEI a seguir.

Estruturação de Cidades	Infraestrutura Urbana	Supervisão e gerenciamento		
		Supervisão e gerenciamento	Supervisão e gerenciamento	Supervisão e gerenciamento
		<ul style="list-style-type: none"><li>• Melhoria da rede viária;</li><li>• Construção de equipamentos públicos</li><li>• Otimização da logística urbana</li><li>• Canalização e drenagem urbana</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Qualificação urbana</li><li>• Aumento da atratividade produtiva, comercial e industrial</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• População urbana dos municípios beneficiários</li></ul>

Essas ações fazem frente às necessidades de melhoria da infraestrutura viária dos municípios atendidos, cuja malha viária encontra-se em grande parte em pavimento primário ou calçadas com paralelepípedo.

Os contratos de obras ou serviços de pavimentação podem ser acompanhados de um contrato de supervisão ou gerenciamento, o qual pode ter vinculação individualizada ou compartilhada com mais de um instrumento. Desta forma, um contrato de supervisão pode atuar sobre mais de um contrato de obra.

Em suma, os serviços de supervisão constituem serviços de apoio a fiscalização na coordenação e acompanhamento das atividades da Executora das obras. Atualmente encontram-se em execução contratos de pavimentação com CBUQ, TSD e Intertravado de Concreto sobre vias consolidadas em diversos municípios do estado de Pernambuco, contratos estes segmentados pro mesorregião do estado.

Os fiscais da Codevasf possuem, rotineiramente, além das atribuições de fiscalização de obras e serviços de engenharia, atribuições inerentes ao cargo de analista, o que somatizado às grandes distâncias de deslocamentos para as frentes de serviços inviabiliza o acompanhamento contínuo das atividades da Executora.

Portanto, se faz necessária a contratação de empresa supervisora a qual além de acompanhar e supervisionar as atividades da Executora nas frentes de serviço, poderá refazer ensaios realizados pela construtora a fim de confirmar e controlar a quantidade e a qualidade dos serviços executados, subsidiando o Fiscal das informações técnicas necessárias para o cumprimento de suas atribuições de maneira efetiva.

**Do Serviço “Comum”:**

O tipo de serviço objeto destes Termos de Referência se caracteriza como um serviço comum, por se tratar de atividades de baixa complexidade. Os serviços possuem padrões de desempenho e qualidade



**Ministério do Desenvolvimento Regional  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional**

objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado e com metodologia objetiva de medição dos “padrões de desempenho e qualidade”.

**Modalidade Licitatória:**

Pregão Eletrônico.

A licitação reger-se-á pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 (Lei do pregão) regulamentada pelo Decreto nº 10.024 de 20 de setembro 2019 (regulamento do E-pregão), e na Lei nº 13.303 de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), e respectivas alterações e regulamentos.

Justifica-se a modalidade licitatória de acordo com o Acórdão TCU nº 713/2019, Súmula TCU nº 257 e no Inciso IV do Artigo 32 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, tendo em vista que o objeto destes Termos de Referência se trata de serviços comum com padrões de desempenho e qualidade definidos.

**Periodicidade de Prestação do Serviço:**

Continuado.

A periodicidade de prestação do serviço do futuro contrato será não continuada, por demanda especificada da Codevasf na nova área de atuação, tendo em vista o alto número de contratos e convênios de obras de pavimentação em celebração ou já celebrados ou planejado no PPA 2020-23.

**Regime de execução: Empreitada por Preços Unitários:**

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições dos serviços efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada. A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de 12 meses, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

**Critério de Julgamento:**

**Menor preço**, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º13.303/2016.

**Garantia de Execução (caução):**

É necessário, para fins de emissão da Ordem de Serviço, que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Qualificação Técnica:**



**Ministério do Desenvolvimento Regional  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional**

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada o objeto especificado.

**Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio e da não admissão de “subcontratação”:**

Por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos, a participação sob o regime de consórcio não é justificada. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

**Do valor e modo de disputa “Aberto”:**

Consoante ao art. 25 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto.

**Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):** Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

---

**Alessandra Cristina Rossin**

Chefe da Unidade de Estudos e Projetos

3ª/GRD/UEP - 3ª SR